

## HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO RJ

## Edital 6/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	250061-HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO RJ	VICTORIA DESIDERIO	15/05/2026 10:00 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		33433.038466/2025-11

## 1. DO OBJETO

741

## PREGÃO ELETRÔNICO

90006/2026

## CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

250061

## OBJETO

Aquisição de insumos de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME stents venosos , destinados ao atendimento de pacientes com doença renal crônica com e cateteres balão para angioplastia acessos para hemodiálise apresentando disfunção, incluindo todas as atividades necessárias ao pleno , tais como embalagem, transporte, entrega, substituição em caso de não conformidade e demais fornecimento obrigações acessórias, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ R\$ 741.961,36

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 27/05/2026 às 11h (horário de Brasília)

## Critério de Julgamento:

Menor Preço

## Modo de disputa:

Aberto e Fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Não

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não

**HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026**

**Processo Administrativo nº 3433.038466/2025 - 11**

Torna-se público que o Hospital Federal dos Servidores do Estado, por meio da Comissão Permanente de Licitação, sediado à Rua Sacadura Cabral, Nº 178, Saúde - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.221-903, realizará licitação, para

registro de preços, na modalidade PREGÃO , na forma ELETRÔNICA , nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Aquisição de insumos de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME stents venosos , destinados ao atendimento de pacientes com doença renal crônica com e cateteres balão para angioplastia acessos para hemodiálise apresentando disfunção, incluindo todas as atividades necessárias ao pleno , tais como embalagem, transporte, entrega, substituição em caso de não conformidade e demais fornecimento obrigações acessórias**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou

detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

*4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo conforme tabela do termo de referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante *NÃO* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

*6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta)** dias, a contar da data de sua apresentação

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 10,00 (dez reais)*.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à

comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6] ).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

*7.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

7.22.2. empresas brasileiras;

7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

- 8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.14. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A5] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.19. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.
- 8.20. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 8.21. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **30%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **COMPRASNET**.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou

a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas (duas horas), para:

- 9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

*10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

*10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

*10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:



12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **<https://sei.saude.gov.br>**

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **cpl.hse@gmail.com**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.4. Anexo IV – Proposta de Preço

**Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 2026**

**[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]**

## **17. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PAULO ROBERTO PEREIRA DE SANT ANA**

Autoridade competente



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexos.pdf (1.22 MB)

## HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO RJ

## Termo de Referência 14/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	250061-HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO RJ	CLAUDIO ALEXANDRE DE OLIVEIRA COSTA	20/02/2026 14:18 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		3433.038466/2025 - 11

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **insumos de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME**, compreendendo **stents venosos e cateteres balão para angioplastia**, destinados ao atendimento de pacientes com doença renal crônica com acessos para hemodiálise apresentando disfunção, **incluindo todas as atividades necessárias ao pleno fornecimento**, tais como embalagem, transporte, entrega, substituição em caso de não conformidade e demais obrigações acessórias, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	COTA M.E. E.P.P.
1	STENT VASCULAR, AUTOEXPANSÍVEL, EM MATERIAL DE NITINOL, COMPRIMENTO DO CATETER 80CM, PERFIL DE ENTREGA 8FR A 10FR, DIÂMETRO 10MM A 20 MM, COMPRIMENTO 40MM A 160MM, COMPATÍVEL COM FIO GUIA 0.035".  OUTROS COMPONENTES: SISTEMA DE ENTREGA CONTROLADO COM DUAS VELOCIDADES DE LIBERAÇÃO E TRAVA DE SEGURANÇA, MARCADORES RADIOPACOS DE LOCALIZAÇÃO EM AMBAS EXTREMIDADES, FORÇA RADIAL E FLEXIBILIDADE	421699	Unidade	24	R\$ 9.836,21	R\$ 236.068,96	NÃO



	AUMENTADA PARA O TRATAMENTO VENOSO. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E COM ETIQUETAS DE RASTREABILIDADE NA EMBALAGEM						
2	<p>CATETER BALÃO PARA ANGIOPLASTIA PERCUTÂNEO DE ALTA PRESSÃO. SISTEMA DE ENTREGA OTW, COMPRIMENTO DO CATETER 80CM E 120CM, DIÂMETRO DO BALÃO 12MMA 26MM, COMPRIMENTO DO BALÃO 2CM A 6CM, PERFIL DE ENTREGA 8FR A 12FR.</p> <p>OUTROSCOMPONENTES: 2 MARCADORES RADIO PACOS NO CATETER DELIMITANDO COMPRIMENTODO BALÃO, BALÃO FABRICADO EM FIBRA ALTAMENTE RESISTENTE A PERFURAÇÃO E ALTAS PRESSÕES, ULTRA NÃO COMPLASCENTE, COMPATÍVEL COM FIO GUIA 0.035".</p> <p>PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E COM ETIQUETAS DE RASTREABILIDADE NA EMBALAGEM</p>	606905	Unidade	120	R\$ 947,99	R\$ 113.758,80	NÃO
3	<p>CATETER BALÃO PARA ANGIOPLASTIA PERCUTÂNEO DE ALTA PRESSÃO. SISTEMA DE ENTREGA OTW, COMPRIMENTO DO CATETER 50CM, 75CM E 120CM, DIÂMETRO DO BALÃO 5MM A 12MM, COMPRIMENTO DO BALÃO 2CM A 8CM, PERFIL DE ENTREGA 6FR A 8FR. OUTROS COMPONENTES: 2 MARCADORES RADIO PACOS NO CATETER DELIMITANDO COMPRIMENTO DO BALÃO, BALÃO FABRICADO EM FIBRA ALTAMENTE RESISTENTE A PERFURAÇÃO E ALTAS PRESSÕES, ULTRA NÃO COMPLASCENTE, COMPATÍVEL COM FIO GUIA 0.035".</p> <p>PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E COM</p>	606760	Unidade	120	R\$ 613,89	R\$ 73.666,80	NÃO

	ETIQUETAS DE RASTREABILIDADE NA EMBALAGEM						
4	CATETER BALÃO PARA ANGIOPLASTIA PERCUTÂNEO. SISTEMA DE ENTREGA OTW, COMPRIMENTO DO CATETER 130CM, DIÂMETRO DO BALÃO 3MM A 12MM, COMPRIMENTODO BALÃO 20MM A 300MM, PERFIL DE ENTREGA 5FR A 7FR. OUTROS COMPONENTES: 2MARCADORES RADIOPACOS NO CATETER DELIMITANDO COMPRIMENTO DO BALÃO, BALÃOSEMICOMPLASCENTE, COMPATÍVEL COM FIO GUIA 0.035" E MARCAÇÃO CENTIMETRADA NÃO RADIOPACA EM TODA A EXTENSÃO DO CATETER. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E COM ETIQUETAS DE RASTREABILIDADE NA EMBALAGEM EXTERNA E INTERNA	606760	Unidade	120	R\$ 613,89	R\$ 73.666,80	NÃO
5	CATETER BALÃO FARMACOLÓGICO PARA TRATAMENTO VASCULAR POR ANGIOPLASTIA PERCUTÂNEA. FÁRMACO PACLITAXEL, 2MG /MM², CARREADOR DE POLISORBATO ESORBITOL. SISTEMA DE ENTREGA OTW, COMPRIMENTO DO CATETER 75CM, 100CM E130CM, DIÂMETRO DO BALÃO 4MM A 12MM, COMPRIMENTO DO BALÃO 20MM A150MM; PERFIL DE ENTREGA 6FR A 8FR FRENCH. OUTROS COMPONENTES: 2 MARCADORES RADIOPACOS NO CATETER DELIMITANDO COMPRIMENTO DO BALÃO, MARCAÇÃO CENTIMETRADA NÃO RADIOPACA EM TODA A EXTENSÃO DO CATETER, BALÃOSEMICOMPLASCENTE E COMPATÍVEL COM FIO GUIA 0.035". PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E COM	606761	Unidade	48	R\$ 5.100,00	R\$ 244.800,00	NÃO

	ETIQUETAS DE RASTREABILIDADE NA EMBALAGEM EXTERNA E INTERNA.						
				TOTAL: R\$ 741.961,36			

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador

ORGÃO GERENCIADOR:					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	REQUISIÇÃO MÍNIMA (25%)	REQUISIÇÃO MÁXIMA (50%)	TOTAL
1	STENT VASCULAR, AUTOEXPANSÍVEL, EM MATERIAL DE NITINOL, COMPRIMENTO DO CATETER 80CM, PERFIL DE ENTREGA 8FR A 10FR, DIÂMETRO 10MM A 20 MM, COMPRIMENTO 40MM A 160MM, COMPATÍVEL COM FIO GUIA 0.035". OUTROS COMPONENTES: SISTEMA DE ENTREGA CONTROLADO COM DUAS VELOCIDADES DE DELIBERAÇÃO E TRAVA DE SEGURANÇA, MARCADORES RADIOPACOS DE LOCALIZAÇÃO EM AMBAS AS EXTREMIDADES, FORÇA RADIAL E FLEXIBILIDADE AUMENTADA PARA O TRATAMENTO VENOSO. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E COM ETIQUETAS DE RASTREABILIDADE NA EMBALAGEM	421699	6	12	24
2	CATETER BALÃO PARA ANGIOPLASTIA PERCUTÂNEO DE ALTA PRESSÃO. SISTEMA DE ENTREGA OTW, COMPRIMENTO DO CATETER 80CM E 120CM, DIÂMETRO DO BALÃO 12MM A 26MM, COMPRIMENTO DO BALÃO 2CM A 6CM, PERFIL DE ENTREGA 8FR A 12FR. OUTROS COMPONENTES: 2 MARCADORES RADIOPACOS NO CATETER DELIMITANDO O COMPRIMENTO DO BALÃO, BALÃO FABRICADO EM FIBRA ALTAMENTE RESISTENTE A PERFURAÇÃO E ALTA PRESSÃO, ULTRA NÃO COMPLASCENTE, COMPATÍVEL COM FIO GUIA 0.035". PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E COM ETIQUETAS DE RASTREABILIDADE NA EMBALAGEM	606905	30	60	120
	COMPONENTES: 2 MARCADORES RADIOPACOS NO CATETER DELIMITANDO O COMPRIMENTO DO BALÃO, BALÃO FABRICADO EM FIBRA ALTAMENTE				

3	RESISTENTE APERFURAÇÃO E ALTAS PRESSÕES, ULTRA NÃO COMPLASCENTE, COMPATÍVEL COM FIO GUIA0.035". PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E COM ETIQUETAS DE RASTREABILIDADE NA EMBALAGEM	606760	30	60	120
4	CATETER BALÃO PARA ANGIOPLASTIA PERCUTÂNEO. SISTEMA DE ENTREGA OTW, COMPRIMENTO DO CATETER 130CM, DIÂMETRO DO BALÃO 3MM A 12MM, COMPRIMENTODO BALÃO 20MM A 300MM, PERFIL DE ENTREGA 5FR A 7FR. OUTROS COMPONENTES: 2MARCADORES RADIOPACOS NO CATETER DELIMITANDO COMPRIMENTO DO BALÃO, BALÃOSEMICOMPLASCENTE, COMPATÍVEL COM FIO GUIA 0.035" E MARCAÇÃO CENTIMETRADA NÃO RADIOPACA EM TODA A EXTENSÃO DO CATETER. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E COM ETIQUETAS DE RASTREABILIDADE NA EMBALAGEM EXTERNA E INTERNA	606760	30	60	120
5	CATETER BALÃO FARMACOLÓGICO PARA TRATAMENTO VASCULAR POR ANGIOPLASTIA PERCUTÂNEA. FÁRMACO PACLITAXEL, 2G/MM², CARREADOR DE POLISORBATO ESORBITOL. SISTEMA DE ENTREGA OTW, COMPRIMENTO DO CATETER 75CM, 100CM E130CM, DIÂMETRO DO BALÃO 4MM A 12MM, COMPRIMENTO DO BALÃO 20MM A150MM; PERFIL DE ENTREGA 6FR A 8FR FRENCH. OUTROS COMPONENTES: 2 MARCADORESRADIOPACOS NO CATETER DELIMITANDO COMPRIMENTO DO BALÃO, MARCAÇÃOCENTIMETRADA NÃO RADIOPACA EM TODA A EXTENSÃO DO CATETER, BALÃOSEMICOMPLASCENTE E COMPATÍVEL COM FIO GUIA 0.035". PRODUTO DE USO ÚNICO,ESTÉRIL E COM ETIQUETAS DE RASTREABILIDADE NA EMBALAGEM EXTERNA E INTERNA.	606761	12	24	48

**1.1.2.** Para assegurar o atendimento contínuo aos pacientes do **Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE)** e os procedimentos realizados em seu serviço, justifica-se a aquisição de insumos. O objetivo é reabastecer o **HFSE** por um período de **12 (doze) meses**, garantindo que não haja descontinuidade no serviço.

**1.2.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **bens comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possuem **padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos**, usuais no mercado, conforme justificativa constante do **Estudo Técnico Preliminar**.

**1.3.** Os bens objeto desta contratação **não são caracterizados como bens especiais**, considerando que não demandam desenvolvimento sob encomenda, customização específica ou avaliação técnica subjetiva, conforme fundamentação constante do **Estudo Técnico Preliminar**.

**1.4.** O objeto desta contratação, **não se enquadra como bem de luxo** conforme Decreto nº10.818, de 27 de setembro de 2021.

**1.5.** O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, **podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, conforme o artigo 105 da Lei nº 14.133 /2021**.

**1.6.** O objeto desta contratação **não se enquadra como bem de luxo**, nos termos do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, tratando-se de insumos estritamente necessários à execução de atividades assistenciais essenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde.

**1.7.** O fornecimento dos bens será realizado de forma **parcelada**, mediante solicitações da Administração, de acordo com a demanda assistencial do Hospital Federal dos Servidores do Estado, observadas as condições, prazos e locais definidos neste instrumento e em seus anexos.

**1.8.** Quando aplicável, o fornecimento poderá ocorrer em **regime de consignação**, hipótese em que a Administração efetuará o pagamento exclusivamente pelos materiais efetivamente utilizados, em conformidade com o **Manual de Boas Práticas de Gestão de OPME do Ministério da Saúde**, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual.

**1.9.** O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

### **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

#### **2.3. Contextualização Institucional**

O Hospital Federal dos Servidores do Estado – HFSE é unidade integrante da rede assistencial federal, responsável pela prestação de serviços de média e alta complexidade, incluindo atendimentos cirúrgicos, procedimentos intervencionistas e tratamentos especializados que demandam a utilização de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME e outros produtos para saúde.

#### **2.4. Necessidade Assistencial**

A presente contratação visa assegurar o fornecimento regular e contínuo dos materiais necessários à realização de procedimentos cirúrgicos e terapêuticos, garantindo:

- I** – a continuidade dos atendimentos eletivos e de urgência;
- II** – a segurança do paciente;
- III** – a redução de riscos assistenciais;
- IV** – o cumprimento da missão institucional do hospital.

A indisponibilidade dos materiais comprometeria diretamente a execução dos procedimentos programados, podendo ocasionar:

- suspensão de cirurgias;
- aumento do tempo de internação;
- agravamento do quadro clínico dos pacientes;
- risco à vida em situações emergenciais;
- impacto negativo nos indicadores assistenciais da unidade.

## 2.5. Justificativa Técnica

Os materiais objeto desta contratação são indispensáveis à realização de procedimentos especializados, possuindo características técnicas específicas e submetidos à regulamentação sanitária rigorosa.

A aquisição observa as especificações técnicas previamente padronizadas pela Comissão de Padronização e Parecer Técnico – CPPT, considerando critérios de:

- compatibilidade clínica;
- segurança;
- eficácia;
- conformidade com normas da ANVISA;
- racionalização de custos.

## 2.6. Justificativa do Modelo de Fornecimento

Optou-se pelo fornecimento parcelado e sob demanda, em razão:

- I – da variabilidade da demanda assistencial;
- II – da imprevisibilidade de casos de urgência e emergência;
- III – da necessidade de evitar formação de estoque excessivo;
- IV – da mitigação de perdas por vencimento;
- V – da eficiência na gestão orçamentária.

Tal modelo permite maior controle do consumo, melhor planejamento financeiro e redução de desperdícios.

## 2.7. Fundamentação Legal

A contratação encontra amparo na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente nos princípios da:

- eficiência;
- economicidade;
- continuidade do serviço público;
- planejamento;
- interesse público.

Adicionalmente, observa a legislação sanitária aplicável aos produtos para saúde, notadamente a Lei nº 6.360/1976 e regulamentações da ANVISA.

## 2.8. Alinhamento ao Planejamento

A presente demanda está prevista no planejamento anual da unidade e encontra-se compatível com:

- o Plano de Contratações Anual (PCA);
- o Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- a disponibilidade orçamentária;
- as diretrizes assistenciais da unidade hospitalar.

## **2.9. Interesse Público Envolvido**

A contratação visa resguardar o interesse público primário, consubstanciado na prestação adequada e segura dos serviços de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo o acesso a procedimentos essenciais e reduzindo riscos assistenciais.

A ausência de contratação tempestiva poderá gerar desassistência e responsabilização administrativa da gestão, diante do dever constitucional de prestação do serviço público de saúde.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **DESCRIÇÃO GERAL DA SOLUÇÃO**

**3.2.** A solução consiste no fornecimento parcelado e sob demanda de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME e/ou produtos para saúde destinados à realização de procedimentos cirúrgicos e terapêuticos no âmbito do Hospital Federal dos Servidores do Estado – HFSE.

A solução contempla não apenas o fornecimento do produto em si, mas todo o conjunto de atividades correlatas necessárias à sua adequada disponibilização, utilização segura e controle institucional.

### **3.3. Consideração do Ciclo de Vida do Objeto**

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a solução foi estruturada considerando o ciclo de vida do objeto, abrangendo:

#### **3.3.1. Aquisição**

Seleção de produtos devidamente regularizados perante a ANVISA, compatíveis com as especificações técnicas padronizadas pela CPPT e adequados às necessidades assistenciais da unidade.

#### **3.3.2. Transporte**

Entrega realizada em condições adequadas à preservação da integridade, estabilidade e esterilidade dos produtos, observando-se as normas sanitárias aplicáveis.

#### **3.3.3. Recebimento e Conferência**

Os materiais serão submetidos a conferência técnica e administrativa, incluindo verificação de:

- especificação técnica;
- integridade da embalagem;
- número de lote;
- prazo de validade;
- regularidade do registro sanitário .

#### **3.2.4. Armazenamento**

Após o recebimento, os materiais serão armazenados em ambiente controlado, conforme normas sanitárias e rotinas internas do hospital, garantindo preservação e rastreabilidade.

### **3.2.5. Utilização Assistencial**

Os produtos serão utilizados exclusivamente em procedimentos médicos indicados, sob responsabilidade da equipe assistencial, observando protocolos clínicos e normas técnicas.

### **3.2.6. Garantia e Substituição**

Durante o prazo de garantia, eventuais vícios ou defeitos deverão ser sanados pelo fornecedor mediante substituição ou reparação, sem ônus adicional à Administração.

### **3.2.7. Controle de Validade e Rastreabilidade**

A solução contempla controle de validade, rastreabilidade por lote e monitoramento de consumo, mitigando riscos de desperdício e assegurando segurança ao paciente.

### **3.2.8. Destinação Final**

Quando aplicável, os resíduos decorrentes da utilização dos produtos observarão as normas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, conforme regulamentação sanitária e ambiental vigente.

## **3.4. Especificação Técnica do Produto**

Os produtos a serem fornecidos deverão:

- I – possuir registro ou notificação válida na ANVISA;
- II – atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- III – ser novos, de primeiro uso;
- IV – estar acondicionados em embalagem original do fabricante;
- V – conter identificação de lote e prazo de validade;
- VI – atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis.

## **3.5. Modelo de Fornecimento**

O fornecimento será realizado de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de ordem de fornecimento, considerando:

- variabilidade da demanda assistencial;
- imprevisibilidade de atendimentos de urgência;
- necessidade de controle de estoque;
- eficiência orçamentária.

Tal modelo reduz riscos de vencimento e promove racionalização do consumo.

## **3.6. Sustentabilidade e Racionalização de Recursos**

A solução observa princípios de sustentabilidade e eficiência, por meio:

- da aquisição sob demanda;
- da mitigação de desperdícios;
- da redução de estoques excessivos;
- da observância às normas ambientais e sanitárias



## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

**4.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, a contratação deverá observar os **princípios do desenvolvimento nacional sustentável**, nos termos dos arts. 5º, 11 e 144 da **Lei nº 14.133/2021**, da **Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010**, do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 8ª Edição**, elaborado pela **Câmara Nacional de Sustentabilidade da Administração Pública – CNS/DECOR/AGU**, bem como do **Plano Diretor de Logística Sustentável** do órgão.

**4.1.2.** A contratada deverá adotar, durante a execução contratual, **práticas de sustentabilidade ambiental compatíveis com o objeto**, especialmente aquelas relacionadas à cadeia de fornecimento de **Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME**, observando as normas sanitárias, ambientais e de saúde pública aplicáveis.

### Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde

**4.1.3.** A contratada deverá comprovar que possui ou que atua em conformidade com **Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS**, nos termos da **RDC ANVISA nº 222/2018**, da **Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)** e demais normas correlatas, especialmente no que se refere ao manejo, acondicionamento, transporte e destinação final de resíduos decorrentes do fornecimento dos materiais.

**4.1.4.** Sempre que aplicável, a contratada deverá cooperar com as diretrizes do **PGRSS da unidade hospitalar**, observando os fluxos internos de descarte e segregação de resíduos de serviços de saúde.

### Boas Práticas e Regularidade Sanitária

**4.1.5.** A contratada deverá manter **Certificado de Boas Práticas de Fabricação ou Distribuição**, emitido pela autoridade sanitária competente, quando exigido pela legislação sanitária vigente, ou documento equivalente que comprove a adoção de boas práticas compatíveis com o objeto fornecido.

**4.1.6.** Os materiais fornecidos deverão atender integralmente às exigências da **ANVISA**, incluindo registro, rotulagem, rastreabilidade por lote e prazo de validade, em consonância com o **Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)** do Ministério da Saúde.

### Substâncias Perigosas e Diretiva RoHS

**4.1.7.** Sempre que aplicável à natureza do material fornecido, a contratada deverá comprovar que os produtos **não contêm substâncias perigosas acima dos limites recomendados por diretivas internacionais**, notadamente a **Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)**, incluindo, entre outras, **mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs)**.

**4.1.8.** A comprovação do atendimento ao disposto no subitem anterior poderá ocorrer por meio de:

- declaração do fabricante;
- laudo técnico;
- certificação reconhecida;
- ou outro meio de prova equivalente, a critério da Administração.

### Embalagens, Logística e Rastreabilidade

**4.1.9.** A contratada deverá priorizar, sempre que possível, o uso de **embalagens ambientalmente adequadas**, que garantam a integridade do produto, com redução de volume, utilização de materiais recicláveis ou reciclados e observância às boas práticas de logística sustentável.

**4.1.10.** Deverá ser assegurada a **rastreabilidade dos materiais fornecidos**, especialmente quanto à identificação de lote, fabricante, origem e validade, contribuindo para a segurança do paciente e para a gestão ambiental adequada.

#### **Forma de Comprovação**

**4.1.11.** O atendimento aos requisitos de sustentabilidade previstos neste item poderá ser comprovado por **certificações, declarações, laudos técnicos, documentos do fabricante ou outros meios idôneos**, admitindo-se a apresentação de **documentação equivalente**, de modo a **não restringir indevidamente a competitividade** do certame.

#### **4.2. Indicação de marcas ou modelos**

**4.2.1.** *Não há indicação de marca ou modelo.*

#### **4.3. Da vedação de contratação de marca ou produto**

**4.3.1.** *Não haverá vedação de marcas ou produtos na presente aquisição.*

#### **4.4. Da exigência de amostra**

**4.4.1.** A avaliação técnica das propostas será realizada, **prioritariamente**, com base na **análise da documentação técnica apresentada**, incluindo, entre outros, **catálogos, folders, fichas técnicas, manuais do fabricante, instruções de uso, registro na ANVISA e demais documentos pertinentes**, com o objetivo de verificar a conformidade do produto ofertado com as especificações constantes neste Termo de Referência.

**4.4.2.** Somente **quando a análise documental e técnica não for suficiente** para a verificação plena da compatibilidade do produto ofertado, ou quando subsistirem **dúvidas técnicas relevantes quanto ao desempenho, funcionalidade, segurança ou adequação assistencial**, poderá ser exigida a apresentação de amostra, de forma **motivada e excepcional**.

#### **4.5. Da convocação para apresentação de amostra**

**4.5.1.** Havendo o aceite da proposta quanto ao valor e às especificações técnicas, o licitante **classificado provisoriamente em primeiro lugar** poderá ser convocado para apresentação de amostra do(s) item(ns) ofertado(s).

**4.5.2.** A convocação para apresentação da amostra indicará **data, local e horário**, sendo divulgada por meio de **mensagem no sistema eletrônico**, cuja presença será **facultada a todos os interessados**, inclusive aos demais licitantes.

#### **4.6. Dos itens sujeitos à apresentação de amostra**

**4.6.1.** Poderão ser exigidas amostras dos seguintes itens, conforme necessidade de avaliação técnica:

- a) **Stents venosos autoexpansíveis;**
- b) **Cateteres balão para angioplastia de alta pressão;**
- c) **Cateteres balão farmacológicos**, quando aplicável;
- d) Outros itens de OPME cuja avaliação técnica assim o justificar, mediante motivação expressa.

#### **4.7. Da entrega das amostras**

**4.7.1.** As amostras deverão ser entregues no endereço:

**Rua Sacadura Cabral, nº 178 – Bairro Saúde – CEP: 20.221-903 – Rio de Janeiro/RJ**

**Anexo IV, 3º andar – Comissão de Padronização e Parecer Técnico (CPPT)**

**4.7.2.** O prazo para entrega das amostras será de até **3 (três) dias úteis**, contados da convocação formal, sendo de **inteira responsabilidade da empresa** o envio, transporte e entrega tempestiva.

**4.7.3.** É facultada a **prorrogação do prazo**, mediante solicitação **fundamentada**, apresentada no chat do sistema **antes do término do prazo inicialmente concedido**, a critério da Administração.

#### **4.8. Das consequências da não apresentação ou desconformidade**

**4.8.1.** A não apresentação da amostra no prazo estabelecido, o atraso injustificado ou a entrega de amostra em desconformidade com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência **acarretará a recusa da proposta**, sem prejuízo da convocação do licitante subsequente.

#### **4.9. Dos critérios de avaliação das amostras**

**4.9.1.** As amostras serão avaliadas pela equipe técnica responsável, observando, no mínimo, os seguintes aspectos e padrões de aceitabilidade:

- a) conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência;
- b) compatibilidade com os procedimentos realizados no Serviço de Hemodinâmica;
- c) segurança do paciente e do operador;
- d) qualidade dos materiais e acabamento;
- e) funcionalidade e desempenho esperado;
- f) rastreabilidade, rotulagem e identificação por lote;
- g) compatibilidade com os insumos e equipamentos utilizados pela unidade .

#### **4.10. Da divulgação do resultado**

**4.10.1.** Os resultados das avaliações das amostras serão divulgados por meio de **mensagem no sistema eletrônico**.

#### **4.11. Da análise sucessiva**

**4.11.1.** Caso a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar não seja(m) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta do **licitante subsequente**, observando-se o mesmo procedimento, e assim sucessivamente, até que seja identificada proposta que atenda integralmente às especificações.

#### **4.12. Do caráter das amostras**

**4.12.1.** As amostras apresentadas serão consideradas **protótipos**, podendo ser manuseadas, testadas e, se necessário, desmontadas pela equipe técnica, **não gerando direito a ressarcimento** ao fornecedor.

#### **4.13. Da retirada ou descarte**

**4.13.1.** Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **10 (dez) dias**, findo o qual poderão ser **descartadas pela Administração**, sem direito a indenização.

#### **4.14. Dos manuais e condições de teste**

**4.14.1.** Os licitantes deverão disponibilizar, sem ônus para a Administração, **todas as condições necessárias à realização dos testes**, incluindo **manuals impressos em língua portuguesa**, quando aplicável, bem como esclarecimentos técnicos necessários ao perfeito manuseio do produto.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

#### 4.15. Da exigência de carta de solidariedade

**4.15.1.** Considerando a natureza do objeto, a cadeia de fornecimento envolvida e o impacto assistencial decorrente da execução contratual, **poderá ser exigida carta de solidariedade do fabricante**, como instrumento de mitigação de riscos de descontinuidade do fornecimento.

**4.15.2.** A carta de solidariedade **somente será exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, quando este não for o fabricante do produto ofertado**, atuando na condição de fornecedor, revendedor ou distribuidor.

**4.15.3.** A carta de solidariedade deverá ser emitida pelo fabricante do produto ofertado e deverá conter, no mínimo, declaração expressa de que:

- a) tem ciência da contratação;
- b) apoia o fornecimento dos produtos ao Hospital Federal dos Servidores do Estado;
- c) assegura a continuidade do fornecimento, observadas as condições contratuais;
- d) prestará suporte técnico ou comercial necessário à adequada execução do contrato, quando aplicável .

**4.15.4.** A exigência da carta de solidariedade **não implica exclusividade comercial**, nem impede a participação de outros fornecedores ou distribuidores que comercializem produtos do mesmo fabricante.

**4.15.5.** A apresentação da carta de solidariedade **não será exigida** quando o licitante for o **próprio fabricante** do produto ofertado ou quando demonstrar, por outros meios idôneos, possuir relação contratual ou comercial que assegure a execução regular do fornecimento.

**4.15.6.** A comprovação do atendimento ao disposto neste item poderá ser realizada por meio de **documento equivalente**, a critério da Administração, desde que apto a demonstrar o suporte do fabricante e a mitigação dos riscos de descontinuidade do fornecimento.

#### 4.16. Subcontratação

**4.16.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 4.17. Da garantia da contratação

**4.17.1.** Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da **Lei nº 14.133/2021**, tendo em vista as características do objeto, consistentes no **fornecimento de bens comuns padronizados (OPME)**, com **entregas parceladas, pagamento condicionado à efetiva entrega e aceitação**, bem como a existência de **mecanismos suficientes de fiscalização, controle e aplicação de sanções**, conforme fundamentado no **Estudo Técnico Preliminar**.

**4.17.2.** A Administração entende que a exigência de garantia de execução, neste caso, **não se mostra proporcional nem necessária**, podendo inclusive **restringir a competitividade** do certame, especialmente para microempresas, empresas de pequeno e médio porte, sem acréscimo relevante de segurança contratual.

**4.17.3.** Eventuais riscos relacionados à execução contratual serão adequadamente mitigados por meio das cláusulas contratuais relativas à:

- a) fiscalização técnica e administrativa;
- b) rejeição e substituição de materiais em desconformidade;
- c) aplicação de sanções administrativas;
- d) rescisão unilateral;
- e) responsabilização do contratado por perdas e danos .

4.18. Da reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

- 4.18.1. Não será aplicada a reserva de cota prevista no art. 48, inciso III, da **Lei Complementar nº 123/2006**, tendo em vista que, embora o objeto seja quantificável, **não se mostra tecnicamente divisível**, considerando-se a necessidade de **padronização dos materiais, rastreabilidade, compatibilidade técnica, segurança assistencial e continuidade do fornecimento** no âmbito hospitalar.
- 4.18.2. A fragmentação do fornecimento poderia acarretar prejuízos à execução contratual e risco à prestação dos serviços de saúde, especialmente em razão da utilização dos materiais em procedimentos assistenciais de alta sensibilidade, conforme fundamentado no **Estudo Técnico Preliminar**.
- 4.18.3. O não estabelecimento de reserva de cota não afasta a aplicação dos demais instrumentos de tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, que permanecerão assegurados, notadamente:
- a) os critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123/2006;
  - b) a participação em igualdade de condições no certame;
  - c) a adoção de exigências proporcionais e compatíveis com o objeto da contratação .

4.19. Margem de Preferência

- 4.19.1. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação, nos termos do art. 26 da **Lei nº 14.133/2021**, tendo em vista a **inexistência de decreto ou resolução específica vigente** que institua margem de preferência aplicável ao objeto contratado.
- 4.19.2. A Administração verificou a inexistência de ato normativo editado pelo Poder Executivo Federal ou de resolução da **Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS** que autorize a aplicação de margem de preferência para os bens objeto desta contratação, razão pela qual sua adoção se mostraria incompatível com os princípios da legalidade, isonomia e competitividade.
- 4.19.3. Ressalte-se que a ausência de margem de preferência não afasta a adoção de critérios e requisitos de sustentabilidade ambiental, social e econômica, os quais foram considerados na definição do objeto e nos requisitos da contratação, em conformidade com o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, a **Lei nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento dos bens será realizado de forma **parcelada**, conforme cronograma, quantidades e prazos estabelecidos em tabela própria constante deste Termo de Referência, de acordo com a necessidade da Administração.

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	40% do Quantitativo Total	10 (Dez) dias úteis dias da Assinatura/da Ordem de Fornecedor
2ª	30% do Quantitativo Total	10 (Dez) dias úteis dias da Assinatura/da Ordem de Fornecedor
3ª	20% do Quantitativo Total	10 (Dez) dias úteis dias da Assinatura/da Ordem de Fornecedor

4ª	10% do Quantitativo Total	10 (Dez) dias úteis dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento
----	---------------------------	---

**5.2.** O prazo para entrega de cada parcela será contado a partir do **recebimento da respectiva ordem de fornecimento**, nota de empenho ou instrumento equivalente, observadas as condições e prazos definidos na tabela mencionada no item 5.1.

**5.3.** Os prazos estabelecidos para entrega consideram a natureza do objeto, a logística do mercado fornecedor e a necessidade de garantir o adequado abastecimento hospitalar, não se caracterizando como restritivos à competitividade.

**5.4.** Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

**Rua Sacadura Cabral, nº 178 – Saúde – CEP: 20.221-903 – Rio de Janeiro/RJ**

**Hospital Federal dos Servidores do Estado – HFSE**

**Setor/Almoxarifado Central ou outro setor indicado pela Administração**

**Telefone: (21) 2291-3131 – Ramal 3342**

**5.5.** A entrega deverá ocorrer em dias úteis, no horário previamente informado pela Administração, mediante agendamento, quando exigido pela rotina do setor recebedor.

**5.6. Condições de transporte e logística**

**5.6.1.** Os bens deverão ser transportados em condições adequadas à preservação de suas características originais, observadas as recomendações do fabricante, as normas sanitárias e as boas práticas de logística aplicáveis a produtos médico-hospitalares.

**5.6.2.** Os entregadores deverão estar devidamente **uniformizados e identificados**, sendo de responsabilidade do contratado a disponibilização de **equipamentos adequados para descarga**, tais como paletes, quando necessários.

**5.6.3.** Todo o ônus relacionado ao transporte, seguro, carga, descarga e entrega dos bens será de inteira responsabilidade do contratado.

**5.7. Produtos com prazo de validade e rastreabilidade**

**5.7.1.** No caso de produtos sujeitos a prazo de validade, estes deverão apresentar, no momento da entrega, **prazo de validade não inferior a 1 (um) ano**, salvo disposição diversa expressamente aceita pela Administração.

**5.7.2.** Os produtos deverão atender aos requisitos de **rastreabilidade**, quando aplicável, incluindo identificação de lote, data de fabricação, validade e demais informações exigidas pela legislação sanitária.

**5.8. Comunicação de atrasos e prorrogação de prazo**

**5.8.1.** Caso não seja possível cumprir o prazo de entrega estabelecido, o contratado deverá **comunicar formalmente a Administração**, com antecedência mínima de **5 (cinco) dias**, apresentando justificativa fundamentada.

**5.8.2.** A eventual prorrogação do prazo de entrega somente será concedida após análise da Administração, sendo admitida, excepcionalmente, nos casos de **caso fortuito ou força maior**, devidamente comprovados.

**5.8.3.** A ausência de comunicação prévia ou a apresentação de justificativa não aceita sujeitará o contratado às sanções previstas neste Termo de Referência e no contrato.

## 5.9. Relação com o recebimento dos bens

**5.9.1.** O cumprimento das condições de entrega não implica aceitação definitiva dos bens, a qual somente ocorrerá após o **recebimento provisório e definitivo**, nos termos previstos neste Termo de Referência e na legislação aplicável

## 5.10. Garantia, manutenção e assistência técnica

**5.10.1.** Os bens fornecidos deverão observar o **prazo de garantia legal** previsto na **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)**.

**5.10.2** Sem prejuízo da garantia legal, o fornecedor deverá assegurar **garantia contratual complementar**, pelo prazo mínimo de, **12 (doze) meses**, ou pelo prazo oferecido pelo fabricante, **se superior**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do **recebimento definitivo** do objeto.

**5.10.3.** Caso o prazo de garantia fornecido pelo fabricante seja inferior ao prazo mínimo estabelecido neste Termo de Referência, o fornecedor ficará responsável por **complementar a garantia** pelo período remanescente.

## 5.11. Abrangência da garantia

**5.11.1.** A garantia compreenderá a **manutenção corretiva** dos bens, destinada à correção de vícios, defeitos ou falhas de funcionamento, incluindo:

- a) substituição de peças defeituosas;
- b) ajustes, reparos e correções necessárias;
- c) restabelecimento das condições normais de uso do bem.

**5.11.2.** As peças substituídas deverão ser **novas, de primeiro uso e originais**, ou, quando tecnicamente justificável, compatíveis e de qualidade e desempenho **iguais ou superiores** às originalmente fornecidas.

## 5.12. Assistência técnica

**5.12.1.** A manutenção corretiva poderá ser realizada pelo próprio fornecedor ou por **assistência técnica autorizada pelo fabricante**, observadas as normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

**5.12.2.** Sempre que necessário, o fornecedor deverá disponibilizar os **manuals de operação e manutenção** em língua portuguesa.

## 5.13. Prazos para reparo e substituição

**5.13.1.** Uma vez formalmente notificado, o fornecedor deverá realizar a reparação ou substituição do bem no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, incluído nesse prazo o tempo necessário para retirada e devolução do equipamento, quando aplicável.

**5.13.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado **uma única vez**, por igual período, mediante solicitação escrita e devidamente justificada, aceita pela Administração.

**5.13.3.** Em situações excepcionais, quando o reparo demandar prazo superior ao previsto, o fornecedor poderá, **a critério da Administração**, disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior, para uso provisório.

## 5.14. Inexecução da garantia

**5.14.1.** Decorrido o prazo para reparo ou substituição sem atendimento da solicitação do Contratante, ou sem apresentação de justificativa aceita, a Administração poderá:

- a) providenciar a execução dos reparos por terceiros; ou
- b) promover a substituição do bem,

sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da **responsabilização do fornecedor pelos custos incorridos**, mantendo-se a garantia originalmente pactuada.

## 5.15. Custos e responsabilidade

**5.15.1.** Todos os custos relacionados à execução da garantia, inclusive transporte, retirada, devolução e mão de obra, correrão por conta exclusiva do fornecedor.

## 5.16. Vigência da garantia

**5.16.1.** A garantia legal e/ou contratual possui **vigência própria**, independente da vigência do contrato, podendo ensejar a aplicação de penalidades em caso de descumprimento de suas condições, ainda que expirado o prazo contratual.

# 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para **reunião inicial de alinhamento**, destinada à apresentação do plano de fiscalização e ao detalhamento das rotinas de execução contratual.

### 6.5.1. Da reunião inicial

A reunião inicial terá por objetivo:

- I – apresentar as obrigações contratuais assumidas;
- II – esclarecer os prazos e fluxos de emissão de ordens de fornecimento;
- III – definir os canais formais de comunicação;
- IV – alinhar os procedimentos de entrega, conferência e recebimento;
- V – orientar quanto às hipóteses de aplicação de sanções.

### 6.5.2. Da designação de gestor e fiscais

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por:

- I – **Gestor do Contrato**, responsável pela coordenação geral da execução contratual;
- II – **Fiscal Técnico**, responsável pela verificação da conformidade dos bens fornecidos;
- III – **Fiscal Administrativo**, responsável pelo acompanhamento documental, prazos e registros.

A designação será formalizada por ato da autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

### 6.5.3. Do acompanhamento da execução



O acompanhamento da execução contratual compreenderá:

- I – controle das ordens de fornecimento emitidas;
- II – verificação do cumprimento dos prazos de entrega;
- III – conferência das especificações técnicas;
- IV – controle de prazos de garantia;
- V – registro de eventuais ocorrências.

#### **6.5.4. Do registro de ocorrências**

Todas as ocorrências relacionadas à execução contratual deverão ser registradas formalmente pelo fiscal do contrato, podendo ser utilizados:

- I – sistema eletrônico oficial;
- II – e-mail institucional;
- III – termo circunstanciado ou relatório de fiscalização.

#### **6.5.5. Da aferição do cumprimento contratual**

A aferição do cumprimento do contrato será realizada com base:

- I – na conformidade dos bens entregues com as especificações;
- II – no cumprimento dos prazos estabelecidos;
- III – na regularidade documental;
- IV – no atendimento às condições de garantia e substituição.

#### **6.5.6. Das não conformidades**

Identificada qualquer desconformidade, o contratado será formalmente notificado para regularização no prazo estipulado, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato.

#### **6.5.7. Da aplicação de sanções**

A eventual aplicação de penalidades observará o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **6.5.8. Da documentação e controle**

Toda a documentação relacionada à execução contratual deverá permanecer arquivada nos autos do processo administrativo correspondente, garantindo a rastreabilidade e a transparência da gestão

### **Fiscalização**

**6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

**6.7.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.8.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.9.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.10.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.11.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.12.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

**6.13.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.14.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.15.** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

#### **6.15.1. Controle das Ordens de Fornecimento**

A execução contratual será acompanhada por meio do controle das ordens de fornecimento emitidas, devendo o fiscal verificar o cumprimento dos prazos e das quantidades solicitadas.

#### **6.15.2. Conferência Técnica no Recebimento**

No momento da entrega, o fiscal técnico verificará:

- I – conformidade do produto com a especificação contratada;
- II – integridade da embalagem;
- III – número de lote;
- IV – prazo de validade;
- V – regularidade do registro na ANVISA, quando aplicável;
- VI – compatibilidade técnica com os materiais padronizados pelo Hospital.

#### **6.15.3. Verificação Documental**

O fiscal administrativo verificará:

- I – regularidade da nota fiscal;
- II – correspondência entre nota fiscal, empenho e ordem de fornecimento;
- III – manutenção das condições de habilitação;
- IV – documentação sanitária exigível.

#### **6.15.4. Controle de Prazos**

Será realizado controle sistemático dos prazos de entrega, garantia e eventuais substituições, com registro das datas de notificação e atendimento.

#### **6.15.5. Registro de Ocorrências**

Toda irregularidade identificada deverá ser formalmente registrada, com:

- I – descrição detalhada do fato;
- II – data da ocorrência;

- III – providências adotadas;
- IV – prazo concedido para regularização.

#### **6.15.6. Monitoramento da Garantia**

Durante o prazo de garantia, o fiscal técnico acompanhará eventuais falhas ou vícios, certificando-se do cumprimento dos prazos de reparo ou substituição previstos contratualmente.

#### **6.15.7. Comunicação Formal**

As comunicações relevantes à execução contratual serão realizadas por meio de:

- I – sistema eletrônico oficial;
- II – e-mail institucional;
- III – notificação formal nos autos do processo.

#### **6.15.8. Relatórios de Fiscalização**

O fiscal poderá elaborar relatórios periódicos ou circunstanciados sempre que houver:

- I – descumprimento contratual;
- II – necessidade de aplicação de sanções;
- III – necessidade de prorrogação ou alteração contratual;
- IV – encerramento do contrato.

**6.16.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

#### **6.17. Cabe ao gestor do contrato:**

**6.17.1.** coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.17.2.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.17.3.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.17.4.** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.17.5.** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.17.6.** elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**6.17.7.** enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**7.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos servi
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**7.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**7.2.4.** Multa:

**7.2.4.1.** Moratória, para a infração descrita na alínea “d”, correspondente a **0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado**, incidente sobre o **valor da parcela inadimplida**, até o limite de **20% (vinte por cento)** do valor da respectiva parcela.

**7.2.4.2.** Moratória de **0,07% ao dia** sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2%**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**7.2.4.2.1.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.4.3.** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de **15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor total da contratação, conforme a gravidade da conduta e os prejuízos causados à Administração

**7.2.4.4.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de **15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor total da contratação.

**7.2.4.5.** Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor total da contratação, conforme a extensão do dano causado ao serviço público ou ao interesse coletivo.

**7.2.4.6.** Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da parcela inadimplida, quando o atraso comprometer a continuidade do serviço ou causar prejuízo relevante à Administração.

**7.2.4.7.** Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de **2% (dois por cento) a 8% (oito por cento)** do valor da parcela afetada ou do valor correspondente à obrigação descumprida, conforme a gravidade e a repercussão da irregularidade.

**7.2.4.7.1.** Infrações Específicas Enquadráveis como Inexecução Parcial:

- I** – entrega de produto em desacordo com especificações técnicas;
- II** – descumprimento do prazo de substituição em garantia;
- III** – falha na apresentação de documentação exigida para o recebimento;
- IV** – descumprimento de obrigação acessória prevista no contrato;
- V** – entrega com prazo de validade inferior ao exigido

**7.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**7.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**7.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

**7.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**7.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**7.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**7.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**7.8.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**7.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**7.9.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**7.9.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**7.9.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**7.9.4.** os danos que dela provierem para o Contratante; e

**7.9.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**7.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**7.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**7.12.1.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**7.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

**8.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias**, contados da entrega e do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**8.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**8.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**8.4.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **10 (dez) dias úteis**.

**8.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**8.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**8.7.** O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**8.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**8.9.** As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

**8.10.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**8.11.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.12.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**8.12.1.** o prazo de validade;

**8.12.2.** a data da emissão;

**8.12.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**8.12.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**8.12.5.** o valor a pagar; e

**8.12.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.13.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

**8.14.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.15.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**8.15.1.** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

**8.15.2.** identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**8.16.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**8.17.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**8.18.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**8.19.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

**8.20.** O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**8.21.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** de correção monetária, **divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**.

**8.21.1.** Não haverá atualização monetária nos casos em que o atraso no pagamento decorrer de:

- I – pendências imputáveis ao Contratado;
- II – irregularidades na documentação apresentada;
- III – fatos que impeçam a liquidação da despesa por responsabilidade do Contratado.

### **Justificativa para escolha do índice (IPCA)**

A adoção do IPCA como índice de atualização monetária em caso de atraso no pagamento decorre de sua ampla aceitação como índice oficial de inflação, calculado pelo IBGE, sendo utilizado pela Administração Pública Federal para correção de débitos não tributários. Tal escolha assegura a recomposição do valor da moeda, preserva o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e atende aos princípios da razoabilidade, da segurança jurídica e da transparência, conforme orientações da AGU e da jurisprudência dos órgãos de controle.

### **Forma de pagamento**

**8.22.** pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

**8.23.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.24.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.25.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.26.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

**8.27. Não será admitida**, em nenhuma hipótese, a **antecipação de pagamento**, total ou parcial, no âmbito da presente contratação.

**8.28.** Os pagamentos devidos ao Contratado somente serão efetuados **após o efetivo consumo dos bens**, o recebimento definitivo do objeto, o ateste da fiscalização e a regular liquidação da despesa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**8.29.** A vedação à antecipação de pagamento aplica-se a todas as etapas da execução contratual, inclusive nas hipóteses de fornecimento parcelado, não assistindo ao Contratado qualquer direito a pagamento antes do cumprimento integral da respectiva obrigação contratual.



**8.30.** Eventuais pedidos de pagamento antecipado formulados pelo Contratado não serão acolhidos, por inexistir previsão contratual e por não se caracterizar interesse público que justifique a adoção dessa excepcionalidade

### **Justificativa para não permitir Antecipação de Pagamento**

A antecipação de pagamento não foi prevista nesta contratação por inexistirem elementos técnicos, econômicos ou operacionais que justifiquem sua adoção. O objeto consiste em fornecimento de bens, com ampla oferta no mercado e prática consolidada de pagamento após o consumo realizado, não sendo necessária mobilização financeira relevante por parte do contratado. Ademais, o prazo de pagamento estabelecido é razoável e compatível com as práticas do mercado, de modo que a vedação à antecipação preserva o interesse público, reduz riscos ao erário e observa as orientações dos órgãos de controle.

### **Cessão de Crédito**

**8.31.** As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

**8.31.1.** A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**8.31.2.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**8.31.3.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

**8.31.4.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

**8.32.** O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

**8.33.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**8.34.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**8.35.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.36.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**8.37.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**8.38.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**8.39.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.40.** O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Justificativa para a escolha do índice**

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA foi adotado como critério de reajuste por se tratar de índice oficial, apurado pelo IBGE, amplamente utilizado pela Administração Pública Federal e recomendado pelos órgãos de controle para contratos de fornecimento de bens. O referido índice reflete, de forma adequada, a variação geral dos custos da economia, apresentando maior estabilidade e previsibilidade quando comparado a outros índices de mercado, além de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato sem expor a Administração a reajustes excessivos ou desvinculados da realidade dos custos do objeto contratado.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### **9.2. Justificativa para não admitir participação inicial de outros órgãos ou entidades**

Nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP), a Administração poderá, motivadamente, restringir a participação inicial de outros órgãos ou entidades quando as condições do objeto ou a urgência da demanda assim exigirem.

No presente caso, **não será inicialmente admitida a participação de órgãos ou entidades não integrantes do Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE)**, em razão da **necessidade premente de garantir o abastecimento regular, imediato e contínuo de insumos médico-hospitalares essenciais**. A abertura indiscriminada da ata a outros participantes poderia comprometer o planejamento logístico e aumentar o risco de desabastecimento, afetando diretamente a continuidade dos serviços assistenciais à população.

Esclarece-se, contudo, que a medida não inviabiliza a utilização posterior da ata por outros órgãos ou entidades, na forma de **adesão**, desde que observados os requisitos legais e regulamentares, a exemplo do art. 82, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

### **Forma de fornecimento**

**9.3.** O fornecimento do objeto será **parcelado**.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

**9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços**, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por item, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

**9.4.1. Valores unitários:** conforme tabela constante **no item 1.1.** deste **Termo de Referência**.

### **Exigências de habilitação**

**9.5.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

## Habilitação jurídica

**9.6. pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.7. empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.8. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.10. sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**9.11. sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**9.13. sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**9.14.** Para fins de habilitação jurídica, quando se tratar de fornecimento de produtos para saúde sujeitos à vigilância sanitária, o licitante deverá comprovar que possui autorização para o exercício da atividade compatível com o objeto da contratação, nos termos da legislação sanitária vigente.

**9.14.1.** Deverá ser apresentada **Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE**, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e da regulamentação específica aplicável.

**9.14.2.** Deverá ser apresentada **Licença ou Alvará Sanitário**, expedido pelo órgão sanitário estadual ou municipal competente, compatível com a atividade exercida.

**9.14.3.** A exigência prevista neste item aplica-se apenas às empresas que desempenhem atividades sujeitas à vigilância sanitária, nos termos da legislação vigente.

**9.14.4.** Na hipótese de a atividade exercida pelo licitante não estar sujeita à autorização sanitária específica, deverá ser apresentada declaração fundamentada, acompanhada de comprovação normativa que justifique a dispensa.

**9.15.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

**9.16.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 9.17.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.18.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.22.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.24.** certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.25.** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26.** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

**9.27.** Caso a empresa interessada **apresente resultado inferior ou igual a 1 (um)** em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, **capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo**, à escolha do licitante, correspondente a **5% (cinco por cento)** do **valor total estimado da contratação**.

**9.28.** Os índices econômicos previstos neste item deverão ser comprovados **exclusivamente com base no último exercício social**, observado o disposto nos subitens 9.29 a 9.31 deste Termo de Referência;

**9.29.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**9.30.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**9.31.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**9.32.** O atendimento aos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante **declaração assinada por profissional legalmente habilitado da área contábil**, apresentada pelo fornecedor, sem prejuízo da verificação dos dados constantes das demonstrações contábeis apresentadas.

### **Qualificação Técnica**

**9.33.** Comprovação de que a empresa possui responsável técnico devidamente habilitado, quando exigido pela legislação sanitária aplicável à atividade exercida, mediante apresentação de:

**9.33.1.** Certidão de regularidade da empresa e do respectivo responsável técnico perante o Conselho Profissional competente, quando a atividade desenvolvida exigir tal vinculação, nos termos da legislação vigente.

**9.33.2.** A exigência prevista neste item aplica-se apenas às empresas cuja atividade esteja sujeita à obrigatoriedade de responsável técnico registrado em conselho profissional, nos termos da legislação sanitária.

**9.33.3.** Sociedades empresárias estrangeiras deverão atender à exigência no momento da assinatura do contrato, mediante comprovação da regularização perante o conselho profissional competente no Brasil, quando aplicável.

**9.34.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**9.34.1.** Para fins de comprovação, os atestados deverão demonstrar que o licitante já executou contrato que envolva:

- I – fornecimento de produtos para saúde ou materiais médico-hospitalares;
- II – fornecimento em ambiente hospitalar, clínico ou institucional, quando aplicável;
- III – execução contratual satisfatória.

**9.34.2.** Será admitida a comprovação de quantitativo mínimo correspondente a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado para o item ou lote pertinente.

**9.34.3.** Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, será admitido o somatório de atestados.

**9.34.4.** Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial, desde que comprovada a vinculação entre elas.

**9.34.5.** A Administração poderá diligenciar para verificar a veracidade das informações constantes dos atestados apresentados.

**9.35.** Prova de atendimento aos requisitos previstos na legislação sanitária aplicável ao objeto, mediante apresentação de:

**9.35.1.** Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela ANVISA, quando aplicável, nos termos da Lei nº 6.360/1976 e regulamentação correlata;

**9.35.2.** Licença ou Alvará Sanitário expedido pelo órgão competente;

**9.35.3.** Comprovação de que os produtos ofertados possuem registro ou notificação válida na ANVISA, quando exigido pela regulamentação específica;

**9.35.4.** Declaração de que os produtos fornecidos atenderão integralmente às normas técnicas e sanitárias vigentes.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

**9.36.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.37.** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.38.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.39.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.40.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **741.961,36 (Setecentos e quarenta e um mil, novecentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no **item 1.1**.

**10.2.** A estimativa de preços foi elaborada com base em **pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021**, observadas as diretrizes da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021**, considerando preços praticados no mercado para objetos similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente.

**10.3.** O valor estimado da contratação será **utilizado como parâmetro de aceitabilidade das propostas**, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem preços superiores ao valor máximo estimado, observado o critério de julgamento estabelecido neste Termo de Referência.

**10.4.** A estimativa de custo considerou os riscos inerentes à contratação e a adequada alocação de responsabilidades entre a Contratante e a Contratada, conforme previsto na matriz de riscos constante do contrato, não se identificando fatores extraordinários que justifiquem a adoção de critérios excepcionais de precificação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**11.1.** A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

**12.1.** As informações contidas neste Termo de Referência **não possuem caráter sigiloso**, observadas as exceções previstas em lei, sendo assegurada a publicidade dos atos do processo de contratação, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.2.** Este Termo de Referência **integra o instrumento convocatório e o contrato dele decorrente**, vinculando as partes às condições nele estabelecidas, no que couber.

**12.3.** Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas na interpretação deste Termo de Referência deverão ser resolvidos pela Administração, à luz da legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133, de 2021, bem como das orientações dos órgãos de controle.

**12.4.** Fica assegurado que todas as informações, registros e documentos decorrentes da execução deste objeto **serão tratados conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD)**, especialmente aqueles que contenham dados pessoais sensíveis de pacientes, servidores ou terceiros.

**12.5.** As informações aqui descritas refletem a necessidade real e atual da unidade requisitante, tendo sido elaboradas de forma técnica, objetiva e suficiente para garantir a execução adequada do objeto contratado, em consonância com os princípios da planejamento, eficiência, transparência e sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133 /2021.

**12.6.** A assinatura deste documento pelos responsáveis técnicos, representa a declaração de conformidade com as normas legais e regulatórias, bem como a observância das boas práticas de planejamento das contratações públicas.

### Condições de Participação

**12.7.** Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21).

**12.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Termo de referencia e seu(s) anexo(s);

**12.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**12.7.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**12.7.4.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**12.7.5.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**12.7.6.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**12.7.7.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

**12.7.8.** Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação, onde tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado;

**12.7.9.** Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus quadros, funcionários ou servidores do Hospital Federal dos Servidores do Estado, inclusive na condição de sócio ou dirigente.

### **JUSTIFICATIVA PARA ADEQUAÇÃO DO DOCUMENTO PADRÃO**

O presente Termo de Referência foi elaborado com base em **modelos referenciais disponibilizados pelos órgãos competentes**, os quais serviram como **diretriz orientadora** para a estruturação do documento.

Em razão das **especificidades do objeto**, bem como da necessidade de garantir **clareza, coerência interna e adequada organização lógica do conteúdo**, procedeu-se à **reorganização da numeração dos itens**, à **edição de redações** e à **adequação de capítulos**, sem prejuízo da **essência jurídica**, dos **requisitos legais obrigatórios** ou das **diretrizes normativas aplicáveis**, especialmente aquelas previstas na Lei nº 14.133/2021.

As adaptações realizadas tiveram como objetivo **melhor refletir a realidade da contratação**, facilitar a compreensão pelos licitantes, assegurar a **transparência do certame** e fortalecer a **segurança jurídica da contratação**, mantendo-se integralmente preservados os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, eficiência e interesse público.

## **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

**13.1.** A presente contratação será formalizada por meio de **contrato administrativo**, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que:

- I** – o valor estimado da contratação ultrapassa os limites previstos para utilização de instrumento substitutivo;
- II** – a execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda;
- III** – há previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à garantia, substituição e assistência técnica.

**13.2.** O contrato estabelecerá as condições gerais de execução, prazos, responsabilidades, sanções e demais cláusulas essenciais previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

**13.3.** A execução contratual ocorrerá mediante emissão de ordens de fornecimento, requisições ou notas de empenho vinculadas ao contrato, as quais especificarão as quantidades e prazos de entrega, conforme necessidade da Administração.

**13.4.** A nota de empenho ou instrumento equivalente não substituirá o contrato, constituindo-se apenas em instrumento de operacionalização da execução contratual.

**13.5.** O contrato poderá prever vigência compatível com a natureza do objeto e com a estimativa de consumo, observando-se o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.



14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu(sua) representante legal infra-assinado(a), declara que:

- I – **tem plena ciência e concorda integralmente** com todas as disposições, condições, exigências e obrigações previstas no **Edital**, no **Termo de Referência** e em todos os **demaís anexos** que integram o **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/20\_\_\_\_**, comprometendo-se a cumpri-los fielmente, caso venha a ser contratada;
- II – **assume inteira responsabilidade** pela veracidade, autenticidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados durante o processo de contratação, nos termos da legislação vigente;
- III – declara estar ciente de que a apresentação de informações ou documentos falsos poderá ensejar a aplicação das **sanções administrativas**, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

RIO DE JANEIRO – RJ, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome do(a) Representante Legal

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

15. DO FATURAMENTO

15.1. O faturamento deverá ocorrer por entrega efetivamente realizada, após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica emitida em favor do:

**Hospital Federal dos Servidores do Estado – HFSE**

**CNPJ: 00.394.544/0211-82**

**Rua Sacadura Cabral nº 178, Anexo IV – Saúde – Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.221-903**

15.2. A Nota Fiscal deverá conter obrigatoriamente:

- I – descrição completa do material, conforme especificação contratada e denominação constante do registro na ANVISA;

- II – número do lote e respectiva data de validade, quando aplicável;
- III – número do processo administrativo;
- IV – número da Nota de Empenho;
- V – quantitativo fornecido;
- VI – valor unitário e valor total;
- VII – dados bancários para crédito do pagamento, quando não cadastrados previamente no SICAF ou sistema equivalente.

**15.3.** Nos casos de fornecimento de medicamentos, a descrição deverá observar a Denominação Comum Brasileira – DCB, nos termos da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999.

**15.4.** A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao setor responsável pelo recebimento e conferência do material, juntamente com os documentos exigidos contratualmente.

**15.5.** O pagamento ficará condicionado:

- I – ao recebimento definitivo do objeto;
- II – ao atesto do fiscal do contrato;
- III – à verificação da regularidade fiscal da contratada;
- IV – à inexistência de pendências contratuais.

**15.6.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento será suspenso até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se a contagem a partir da regularização.

**15.7.** O pagamento será efetuado no prazo previsto no instrumento convocatório, observado o disposto nos arts. 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021.

**15.8.** Eventuais retenções tributárias serão realizadas na forma da legislação vigente.

**15.9.** É vedada a emissão de Nota Fiscal com valor superior ao da respectiva Nota de Empenho ou da parcela autorizada.

**15.10.** Não será permitido faturamento antecipado ou referente a materiais não entregues e devidamente atestados.

## **16. APÊNDICE**

**16.1.** ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº: 11/2026.

**16.2.** TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA (Ítem 14. Anexo II).

## **17. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCUS ERNESTO SAMPAIO LACATIVA**

Chefe do Serviço de Hemodinâmica



Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 22:20:12.

**MARCELO PAIVA RAMOS**

Médico



*Assinou eletronicamente em 20/02/2026 às 14:18:06.*

**BARBARA VIEIRA FENTA**

Coordenadora do Escritório de Gerenciamento de Processos - EGP



*Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 17:41:40.*

## HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO RJ

**Estudo Técnico Preliminar 11/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 33433.038466/2025-11

**2. Descrição da necessidade**

Trata-se da abertura de processo licitatório para aquisição de insumos de OPME, indispensáveis para o atendimento de pacientes com doença renal crônica com acessos para hemodiálise apresentando disfunção.

A compra requisitada é prioritária para o suporte de atendimento dos pacientes deste nosocômio, no sentido de qualificar e complementar o tratamento na assistência prestada aos pacientes, bem como dinamizar toda a operacionalidade logística do HFSE.

A solução para os pacientes com doença renal crônica com acessos para hemodiálise apresentando disfunção é o tratamento por angioplastias com balões de alta pressão, pois são lesões extremamente rígidas. Caso essas lesões não sejam tratadas, evoluirão para trombose do acesso, tendo como consequência uma internação hospitalar para realização de uma nova fístula e implante de um cateter de hemodiálise. A nova fístula levará aproximadamente 45 dias de maturação para poder ser utilizada.

A utilização dos cateteres de hemodiálise nestes pacientes é causa conhecida de lesões estenóticas/trombose das veias centrais do tórax e abdome, impossibilitando em muitos pacientes a confecção de uma nova fístula e até mesmo inviabilizando um transplante renal.

Os Stents Venosos serão utilizados nos pacientes com as lesões centrais causadas por uso prévio de cateteres de hemodiálise em pacientes renais crônicos que não possuem fístulas artério venosas. Inicialmente as lesões são recanalizadas, após, tratadas com balões de alta pressão e em seguida essas lesões são cobertas com stents venosos. Mais uma vez se justificando a importância do salvamento precoce de fístulas com disfunção por angioplastia.

Os balões Farmacológicos serão utilizados nos pacientes em que houver recidiva precoce das estenoses pós tratamento primário com angioplastia com balão de alta pressão.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Hemodinâmica	Marcelo Paiva

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

O prazo máximo de entrega dos insumos será de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da assinatura do contrato ou da emissão da Nota de Empenho. As entregas ocorrerão de forma **parcelada (ou remessa única, conforme o caso)**, mediante aviso prévio por e-mail e/ou sistema (mínimo de 72 horas) pela contratada.

**4.1.1. Local e Horário de Entrega:**

- **Endereço de entrega:** Hospital Federal dos Servidores do Estado – Almoxarifado Central, Rua Sacadura Cabral, nº 178 – Bairro Saúde – Rio de Janeiro/RJ.
- **Horário para recebimento:** Das 9h às 16h, em dias úteis.

#### 4.2. Inspeção, Aceitação e Substituição

Todos os lotes serão submetidos à conferência documental e inspeção técnica por equipe designada (Hemodinâmica + Almoxarifado). A **Aceitação Definitiva** ocorrerá após testes de conformidade e/ou verificação de documentação (nota fiscal, certificado ANVISA/registro, embalagem original, rótulo, instruções em português, lote e validade), e **a entrega dos objetos deverá ser efetuada em perfeitas condições, conforme especificações.**

- **Rejeição:** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações.
- **Substituição:** A contratada deverá providenciar a substituição dos itens não conformes no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data de notificação formal, sem ônus adicional para a Administração Pública, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

#### 4.3. Requisitos de Documentação e Qualidade

Juntamente com a entrega, o fornecedor deve apresentar a respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia, além dos seguintes documentos:

- **Declaração de Garantia:** Emitida pelo fabricante, devidamente assinada, contra eventuais defeitos de fabricação. **As garantias devem ser do fabricante.** A Contratada responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.
- **Para produtos de fabricação estrangeira:** Laudo de análise emitido pela autoridade sanitária competente do país de origem e/ou pela ANVISA, além de comprovação de responsabilização da empresa importadora.
- **Certificações:** Apresentar as certificações necessárias para comprovação da qualidade e eficiência dos itens ofertados.

#### 4.4. Sustentabilidade e Rastreabilidade

O fornecedor deverá:

- **Sustentabilidade:** Atender a critérios de sustentabilidade ambiental, utilizando matéria-prima com produtos sustentáveis (tintas, vernizes e adesivos à base de água ou óleo vegetal), e seguindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), priorizando as ações de evitar, reduzir, reutilizar e reciclar.
- **Rastreabilidade:** Comprovar autorização de funcionamento (**AFE/CRF/Registro ANVISA**) e possuir controle de rastreabilidade de lotes.

#### 4.5. Regime de Consignação (Se aplicável)

Os materiais serão adquiridos em regime de consignação, onde a administração pagará apenas pelo material efetivamente utilizado, tudo em conformidade com o Manual de Boas Práticas de Gestão das OPME do Ministério da Saúde.

### 5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado de acordo com o procedimento operacional padrão vigente, em observância à **IN SEGES/ME nº 65/2021**. Todo o histórico da pesquisa de preços encontra-se registrado no processo administrativo mencionado em Informações Básicas.

O objeto desta aquisição consiste em insumos de uso contínuo destinados ao abastecimento da Unidade de Almoxarifado do Hospital Federal dos Servidores do Estado. Para garantir a vantajosidade da contratação, foi conduzida ampla pesquisa mercadológica, contemplando Fontes Oficiais: **Painel de Preços; Comprasnet sistemas, cotações de fornecedores; Consultas diretas a fornecedores realizadas nas seguintes datas: 15/04/2025 – 28/04/2025 – 20/05/2025 – 30/05/2025 – 14/07/2025 – 23/07**

/2025 – 04/08/2025, conforme registros em planilha anexa no processo. A fim de definir os valores estimados dos itens a serem licitados.

Devendo ser analisados os critérios da IN 65/2021 abaixo:

### **Formalização**

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - Descrição do objeto a ser contratado;

II - Identificação do(s) agente(s) responsável(is), pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - Caracterização das fontes consultadas;

IV - Série de preços coletados;

V - Método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

VI - Justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VII - Memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte;

VIII - Justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º.

### **Critérios**

Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Parágrafo único. No caso de previsão de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com a metodologia estabelecida no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

### **Parâmetros**

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado

I- prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV **do caput**.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do , desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice **caput** de atualização de preços correspondente.

#### **Metodologia para obtenção do preço estimado**

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o o preço estimado da contratação poderá ser **caput**, obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

§ 3º Para desconsideração dos valores inexecutáveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

POSSÍVEIS FORNECEDORES		
FORNECEDOR	CNPJ	E-MAILS DE CONTATO
AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA.	01.645.409/0001-28	<a href="mailto:rs.brzlicitacoesbrasil@medtronic.com">rs.brzlicitacoesbrasil@medtronic.com</a>

CARDIOLAINE COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA	12.869.838/0001-03	<a href="mailto:flavia@cardiolaine.com.br">flavia@cardiolaine.com.br</a>
GF MEDIKA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	20.503.395/0001-52	<a href="mailto:carlos@gfmedika.com.br">carlos@gfmedika.com.br</a>
BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA	01.513.946/0001-14	<a href="mailto:fiscal@bsci.com">fiscal@bsci.com</a>
ENDOCENTER COMERCIAL LTDA	04.237.235/0001-52	<a href="mailto:licitacao@endocenterpe.com.br">licitacao@endocenterpe.com.br</a>
VASCULINE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO E REPRESENTACOES LTDA	03.555.303/0001-69	<a href="mailto:ecosta@vaculaine.com.br">ecosta@vaculaine.com.br</a>
ENDOVIX IMPORTACAO E COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA	52.649.528/0001-90	<a href="mailto:paralegal@abacos.inf.br">paralegal@abacos.inf.br</a>
MASTERMEDIC COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	11.970.849/0001-04	<a href="mailto:adladm@secrel.com.br">adladm@secrel.com.br</a> / <a href="mailto:gp.fiscal@goldmedic.com.br">gp.fiscal@goldmedic.com.br</a>
Criticare Produtos Cirúrgicos Ltda	07.205.182/0001-86	<a href="mailto:felipe@criticaresaude.com.br">felipe@criticaresaude.com.br</a>
E TAMUSSINO E CIA LTDA	33.100.082/0001-03	<a href="mailto:SAMUEL.PASQUETTI@TAMUSSINO.COM.BR">SAMUEL.PASQUETTI@TAMUSSINO.COM.BR</a>
SELLMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	37.438.274/0001-77	<a href="mailto:erick@castaengenharia.com.br">erick@castaengenharia.com.br</a>
RBG PRODUTOS THERAPEUTICOS S /A	03.882.840/0001-13	<a href="mailto:daniela@rbgmedical.com.br">daniela@rbgmedical.com.br</a>
MSB MEDICAL SYSTEM DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA	06.167.295/0001-71	<a href="mailto:FISCAL@MSBBRASIL.COM">FISCAL@MSBBRASIL.COM</a>
SOMMA- PRODUTOS HOSPITALARES	54.178.470/0001-79	<a href="mailto:FLAVIACOLUSSI@SOMMAPH.COM.BR">FLAVIACOLUSSI@SOMMAPH.COM.BR</a>



LTDA		
HYBRIDA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	12.544.921/0001-02	<a href="mailto:LICITACAO@HYBRIDAHOSPITALAR.COM.BR">LICITACAO@HYBRIDAHOSPITALAR.COM.BR</a>
NUCLEOMED COMERCIO E REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	26.656.271/0001-93	<a href="mailto:licitacao@nucleomed.net.br">licitacao@nucleomed.net.br</a>
Cardiovent	22.244.418/0001-87	opme@cardiovent.com.br

## 6. Descrição da solução como um todo

Para assegurar o atendimento contínuo aos pacientes do Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE) e os procedimentos realizados em seu serviço, justifica-se a aquisição de insumos. O objetivo é **reabastecer** o HFSE por um período de **12 (doze) meses**, garantindo que não haja **descontinuidade** no serviço.

A formalização de uma Ata de Registro de Preços está em conformidade com os princípios da **eficiência administrativa** e da **economicidade**, e contribui para uma **gestão de estoque eficiente**, como estabelecido no inciso II do art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

Para pacientes com **doença renal crônica** que apresentam disfunção em seus **acessos para hemodiálise**, o tratamento por **angioplastias com balões de alta pressão** é a solução indicada. Isso ocorre porque as lesões que causam a disfunção são frequentemente **extremamente rígidas**.

A falta de tratamento dessas lesões pode levar à **trombose do acesso**, resultando em **internação hospitalar**. Nessas situações, é necessário criar uma **nova fístula** e implantar um **cateter de hemodiálise**. No entanto, uma nova fístula demanda aproximadamente **45 dias para maturação** antes de poder ser utilizada.

É importante ressaltar que o uso de **cateteres de hemodiálise** é uma causa conhecida de **lesões estenóticas** ou **trombose** das veias centrais do tórax e abdome. Em muitos pacientes, essas complicações podem impossibilitar a confecção de uma nova fístula ou até mesmo inviabilizar um **transplante renal**.

Os **Stents Venosos** são empregados em pacientes renais crônicos com lesões centrais previamente causadas pelo uso de cateteres de hemodiálise, especialmente aqueles que não possuem fístulas arteriovenosas. O processo envolve a **recanalização** das lesões, seguida de tratamento com **balões de alta pressão** e, subsequentemente, a cobertura dessas lesões com Stents Venosos. Isso reforça a importância do **salvamento precoce de fístulas** disfuncionais por meio de angioplastia.

Adicionalmente, os **balões farmacológicos** serão utilizados em pacientes que apresentarem **recidiva precoce de estenoses** após o tratamento primário com angioplastia e balão de alta pressão.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Tendo como base o consumo médio mensal dos itens nos últimos 12 meses, acrescido de uma margem de segurança de 30%.

A tabela abaixo demonstra as descrições e especificações, unidade de medida e quantidades dos equipamentos e dos insumos a serem fornecidos pela contratada:

			Unidade		Quant.
--	--	--	---------	--	--------

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	de Medida	C.M.M	Total
1	421699	STENT VASCULAR, AUTOEXPANSÍVEL, EM MATERIAL DE NITINOL, COMPRIMENTO DO CATETER 80CM, PERFIL DE ENTREGA 8FR A 10FR, DIÂMETRO 10MM A 20 MM, COMPRIMENTO 40MM A 160MM, COMPATÍVEL COM FIO GUIA 0.035". OUTROSCOMPONENTES: SISTEMA DE ENTREGA CONTROLADO COM DUAS VELOCIDADES DELIBERAÇÃO E TRAVA DE SEGURANÇA, MARCADORES RADIOPACOS DE LOCALIZAÇÃO EMAMBAS EXTREMIDADES, FORÇA RADIAL E FLEXIBILIDADE AUMENTADA PARA O TRATAMENTO VENOSO. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E COM ETIQUETAS DE RASTREABILIDADE NA EMBALAGEM	Unidade	2	24
2	606905	CATETER BALÃO PARA ANGIOPLASTIA PERCUTÂNEO DE ALTA PRESSÃO. SISTEMA DE ENTREGA OTW, COMPRIMENTO DO CATETER 80CM E 120CM, DIÂMETRO DO BALÃO 12MMA 26MM, COMPRIMENTO DO BALÃO 2CM A 6CM, PERFIL DE ENTREGA 8FR A 12FR. OUTROSCOMPONENTES: 2 MARCADORES RADIOPACOS NO CATETER DELIMITANDO COMPRIMENTODO BALÃO, BALÃO FABRICADO EM FIBRA ALTAMENTE RESISTENTE A PERFURAÇÃO E ALTASPRESSÕES, ULTRA NÃO COMPLASCENTE, COMPATÍVEL COM FIO GUIA 0.035". PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E COM ETIQUETAS DE RASTREABILIDADE NA EMBALAGEM	Unidade	10	120
3	606760	CATETER BALÃO PARA ANGIOPLASTIA PERCUTÂNEO DE ALTA PRESSÃO. SISTEMA DE ENTREGA OTW, COMPRIMENTO DO CATETER 50CM, 75CM E 120CM, DIÂMETRO DO BALÃO5MM A 12MM, COMPRIMENTO DO BALÃO 2CM A 8CM, PERFIL DE ENTREGA 6FR A 8FR. OUTROS COMPONENTES: 2 MARCADORES RADIOPACOS NO CATETER DELIMITANDO COMPRIMENTO DO BALÃO, BALÃO FABRICADO EM FIBRA ALTAMENTE RESISTENTE APERFURAÇÃO E ALTAS PRESSÕES,	Unidade	10	120

		ULTRA NÃO COMPLASCENTE, COMPATÍVEL COM FIO GUIA 0.035". PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E COM ETIQUETAS DE RASTREABILIDADE NA EMBALAGEM			
4	606760	CATETER BALÃO PARA ANGIOPLASTIA PERCUTÂNEO. SISTEMA DE ENTREGA OTW, COMPRIMENTO DO CATETER 130CM, DIÂMETRO DO BALÃO 3MM A 12MM, COMPRIMENTO DO BALÃO 20MM A 300MM, PERFIL DE ENTREGA 5FR A 7FR. OUTROS COMPONENTES: 2 MARCADORES RADIOPACOS NO CATETER DELIMITANDO COMPRIMENTO DO BALÃO, BALÃO SEMI COMPLASCENTE, COMPATÍVEL COM FIO GUIA 0.035" E MARCAÇÃO CENTIMETRADA NÃO RADIOPACA EM TODA A EXTENSÃO DO CATETER. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E COM ETIQUETAS DE RASTREABILIDADE NA EMBALAGEM EXTERNA E INTERNA	Unidade	10	120
5	606761	CATETER BALÃO FARMACOLÓGICO PARA TRATAMENTO VASCULAR POR ANGIOPLASTIA PERCUTÂNEA. FÁRMACO PACLITAXEL, 2G/MM², CARREADOR DE POLISORBATO ESORBITOL. SISTEMA DE ENTREGA OTW, COMPRIMENTO DO CATETER 75CM, 100CM E 130CM, DIÂMETRO DO BALÃO 4MM A 12MM, COMPRIMENTO DO BALÃO 20MM A 150MM; PERFIL DE ENTREGA 6FR A 8FR FRENCH. OUTROS COMPONENTES: 2 MARCADORES RADIOPACOS NO CATETER DELIMITANDO COMPRIMENTO DO BALÃO, MARCAÇÃO CENTIMETRADA NÃO RADIOPACA EM TODA A EXTENSÃO DO CATETER, BALÃO SEMI COMPLASCENTE E COMPATÍVEL COM FIO GUIA 0.035". PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E COM ETIQUETAS DE RASTREABILIDADE NA EMBALAGEM EXTERNA E INTERNA.	Unidade	4	48

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 741.961,36

O valor estimado da contratação foi estabelecido em **R\$ 741.961,36** (Setecentos e quarenta e um mil, novecentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos.)

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Como se tratam de materiais de consumo, cuja demanda irá variar de acordo com a capacidade produtiva e quantidade de patologias do Serviço de Hemodinâmica, as entregas deverão ser parceladas, solicitadas conforme a demanda da área assistencial, evitando assim, desperdícios e perda de validade de materiais.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para implementar o tratamento de pacientes com **doença renal crônica** que apresentam disfunção em seus **acessos para hemodiálise**, não há necessidade de contratações específicas adicionais. O que precisamos, sim, é ter à disposição os **materiais necessários** para o planejamento e a execução eficazes desse tratamento.

Assim como em todos os procedimentos realizados na **Hemodinâmica**, é fundamental mantermos um **estoque adequado de materiais** de uso diário. Isso nos permite avançar nos cuidados com os pacientes, especialmente aqueles que apresentam maior complexidade em seus casos.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação em questão **está prevista** no **PAC 2026**. Ela é definida como uma **atividade de suporte à atividade-fim**, sendo **imprescindível** para a recuperação da saúde dos pacientes assistidos pelo HFSE.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Para garantir o **pleno atendimento** dos pacientes com **doença renal crônica**, é essencial a realização dos tratamentos específicos na área de **Hemodinâmica**.

## 13. Providências a serem Adotadas

O Serviço de Hemodinâmica, está apto a utilizar os materiais solicitados.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

O descarte de materiais utilizados se dará por empresa especializada que presta serviços ao nosso hospital.

Lei nº 14.133/2021 (e correlações com a IN 01/2010)

Embora a Instrução Normativa nº 01/2010 tenha sido um marco importante, a Nova Lei de Licitações incorporou e expandiu esses conceitos, tornando-os mandatórios e abrangentes. Os critérios de sustentabilidade ambiental que podem ser exigidos na aquisição de bens, conforme a legislação atual, espelham e aprimoram os pontos da IN 01/2010:

- **Materiais Sustentáveis:** Prioridade para bens constituídos, no todo ou em parte, por **material reciclado, atóxico, biodegradável**. Isso se alinha ao inciso I do Art. 5º da IN 01/2010, mas sob a égide da Lei nº 14.133/2021, que busca soluções mais amplas de sustentabilidade.
- **Certificação e Menor Impacto Ambiental:** Possibilidade de exigir que os bens observem os **requisitos ambientais para a obtenção de certificação** (como a do INMETRO ou outras reconhecidas), que atestem sua sustentabilidade ou menor impacto ambiental em comparação com similares. Isso reflete o inciso II do Art. 5º da IN 01/2010.

- **Embalagens Sustentáveis:** Preferência por bens acondicionados em **embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis**, garantindo proteção no transporte e armazenamento. Este ponto está em consonância com o inciso III do Art. 5º da IN 01/2010.
- **Substâncias Perigosas:** Exigência de que os bens **não contenham substâncias perigosas** em concentração acima da recomendada em diretivas internacionais (como a RoHS), visando a proteção ambiental e da saúde. Isso reproduz o inciso IV do Art. 5º da IN 01/2010.

A comprovação do cumprimento desses critérios pode ser feita através de **certificação emitida por instituição pública oficial ou credenciada**, ou por **qualquer outro meio de prova** que ateste a conformidade com as exigências do edital.

O edital pode ainda prever que, na ausência de certificação, o órgão ou entidade contratante realize **diligências para verificar a adequação** do produto, com as despesas correndo por conta do licitante selecionado. Caso a adequação não seja confirmada, a proposta será desclassificada.

Ao seguir essas diretrizes atualizadas, a Administração Pública garante que suas aquisições contribuam efetivamente para a redução dos impactos ambientais e para a promoção de um desenvolvimento mais sustentável.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

O responsável pela área requisitante se posiciona a favor da presente contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCELO PAIVA RAMOS**

Médico



Assinou eletronicamente em 27/01/2026 às 16:27:52.

**MARCUS ERNESTO SAMPAIO LACATIVA**

Chefe do Serviço de Hemodinâmica



Assinou eletronicamente em 27/01/2026 às 15:37:00.

**BARBARA VIEIRA FENTA**

Coordenadora do Escritório de Gerenciamento de Processos - EGP



*Assinou eletronicamente em 27/01/2026 às 12:39:37.*

## HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO RJ

# Contrato 5/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	250061-HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO RJ	VICTORIA DESIDERIO	27/02/2026 10:44 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		3433.038466/2025 - 11

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

### Processo Administrativo 3433.038466/2025-11

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº / , QUE FAZEM ENTRE SI A xx xxxx UNIÃO,  
POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E  
.....

A União por intermédio do Hospital Federal dos Servidores do Estado, com sede na Rua Sacadura Cabral, 178, Saúde, na cidade Rio de Janeiro/Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.544/0211-82, neste ato representado pelo Diretor Dr. Paulo Roberto Pereira de Sant'Ana, nomeado pela Portaria nº 1.670, de 25 de outubro de 2023, publicada no DOU de 26 de outubro de, doravante denominado 2023, portador da Matrícula Funcional nº 3.372.891, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **3433.038466/2025-11** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **90006/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Aquisição de insumos de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME stents venosos , destinados ao atendimento de pacientes com doença renal crônica com e cateteres balão para angioplastia acessos para hemodiálise apresentando disfunção, incluindo todas as atividades necessárias ao pleno , tais como embalagem, transporte, entrega, substituição em caso de não conformidade e demais fornecimento obrigações acessórias** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados a partir da assinatura do Termo de Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de *01 (um) mês*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *01 (um) mês*;

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;*
- 9.16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*
- 9.17. *Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;*
- 9.18. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*
- 9.19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*
- 9.20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
- 9.21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 9.23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 9.24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*
- 9.25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.1.1. *. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.2 *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

13.2.1. *. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

*.13.2.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Rio de Janeiro, Seção Judiciária de Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PAULO ROBERTO PEREIRA DE SANT ANA**  
Autoridade competente

## MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



### HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO

Processo Administrativo nº 3433.038466/2025 - 11

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O **Hospital Federal dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro**, com sede na Rua Sacadura Cabral, nº 178, Saúde – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.221- 903, neste ato representado pelo Diretor Paulo Roberto Pereira de Sant’ana, nomeado pela Portaria nº 1670, de 25 de outubro de 2023, publicada no *DOU* de 204 de 26 de outubro de 2023, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º 3433.038466/2025 - 11, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição insumos de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME stents venosos , destinados ao atendimento de pacientes com doença renal crônica com e cateteres balão para angioplastia acessos para hemodiálise apresentando disfunção, incluindo todas as atividades necessárias ao pleno , tais como embalagem, transporte, entrega, substituição em caso de não conformidade e demais fornecimento obrigações acessórias**, nos termos da tabela do termo de referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, especificados nos itens 01 ao 31 do Termo de Referência, anexo 1 do *edital de licitação* n.º 90006/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.



### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) *Hospital Federal dos Servidores do Estado*.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata

*de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

## Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

## Anexo

### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade





**HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO**

**ANEXO IV**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**PR 90006/2026**

**Processo nº 3433.038466/2025 - 11**

**AO HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO - HFSE**

Prezados Senhores,

Declaramos que foram examinadas minuciosamente as normas específicas do Termo de Referência que tem como objeto a **aquisição de insumos de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME stents venosos**, destinados ao atendimento de pacientes com doença renal crônica com e cateteres balão para angioplastia acessos para hemodiálise apresentando disfunção, incluindo todas as atividades necessárias ao pleno, tais como embalagem, transporte, entrega, substituição em caso de não conformidade e demais fornecimento obrigações acessórias, nos termos da tabela do termo de referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Propomos fornecer, sob nossa integral responsabilidade, os serviços conforme solicitado no Termo de Referência supracitado, pelo valor global anual de R\$ (valor por extenso), para o(s) item(s)....., sendo todos os serviços pagos pelo efetivamente executado e/ou pelo fornecimento dos insumos. Esta proposta possui a validade de 180 (cento e oitenta) dias.

**Observação:**

O valor anual do item supracitado refere-se ao valor total anual do fornecimento de insumo contratado, inclusos todos os insumos, custos, tributos e encargos sociais decorrentes da contratação; esta proposta tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**Empresa:**

**Endereço:**

**CNPJ:**

**Telefone:**

**E-mail:**

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa

RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_